

Maria Paula Sá Fernandes

URGENTE

Juíza desembargadora

Rua de Campolide, n.º 24, 8.º Dto.

Lisboa

Em mão

Exmo. Senhor Director de Informação da
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Avenida Marechal Gomes da Costa, n.º 37
1849-030 Lisboa

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2018

Exmo. Senhor,

Venho, ao abrigo do art. 67.º da Lei da Televisão, exercer o meu direito de resposta relativamente ao programa 'Sexta às 9', transmitido no passado dia 2 de Fevereiro de 2018 na RTP 1, o qual difunde suspeitas que põem em causa a minha dignidade pessoal enquanto juíza desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa.

Junto em anexo o texto de direito de resposta.

O texto deve ser divulgado em serviço noticioso em hora de emissão equivalente à do aludido programa, ou seja, pelas 21 horas de hoje ou, no limite, de amanhã.

Com os melhores cumprimentos,

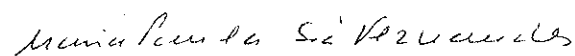
Maria Paula Sá Fernandes (B.I. n.º 0470733P)

DIREITO DE RESPOSTA

1. No passado dia 31 de Janeiro, fui contactada por uma senhora jornalista da RTP, por causa de um processo de que fui juíza relatora, proferido na Relação de Lisboa, o qual viria mencionado nos mandados de detenção emitidos no âmbito da chamada Operação Lex, relativa a contrapartidas que o Desembargador Rui Rangel teria alegadamente recebido para influenciar o sentido de decisões judiciais.
2. Tive então oportunidade de esclarecer que tal acórdão foi decidido, na Relação de Lisboa, em Fevereiro de 2016, por unanimidade de um colectivo de três juízes, que confirmou a sentença de 1.^a instância, com o parecer favorável do Ministério Público, bem como que nunca tive qualquer relação profissional ou social com o Dr. Rui Rangel, com quem nunca falei sobre qualquer processo.
3. Todavia, no programa ‘Sexta às 9’ transmitido no passado dia 2 de Fevereiro, na RTP 1, fui surpreendida com afirmações de que o Ministério Público suspeitaria de que pelo menos mais quatro magistrados, entre eles eu própria, teríamos sido influenciados pelo Dr. Rui Rangel, estando assim indiciados e na mira do alegado tráfico de influências, o que foi acompanhado com a divulgação do meu nome e de imagens minhas de há vinte anos.
4. Lamento os termos em que a peça jornalística foi montada, tratando o que é diferente de modo igual, não esclarecendo circunstâncias concretas relevantes e lançando sobre a minha pessoa, e demais magistrados que, na Relação de Lisboa, tiveram intervenção neste processo, uma suspeita intolerável, susceptível de confundir o telespectador e de pôr em causa a dignidade da justiça.
5. Basta lembrar que, no caso em apreço, e de acordo com o que vem sendo relatado na comunicação social, o interesse do alegado corruptor teria sido precisamente no sentido contrário à decisão que veio a ser proferida.

6. Acresce que, para além de nunca ter tido qualquer relação com o Dr. Rui Rangel, há vários anos que nem sequer o vejo e nunca por ele fui contactada por qualquer meio (telefone, *email*, sms ou outro).
7. É por isso leviano dizer que eu me encontro indiciada do que quer que seja ou na mira de qualquer suspeita. A minha vida responde por mim.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2018



Maria Paula Sá Fernandes